

Tesouro define meta para a dívida

Rodrigo Bittar
De Brasília

O Tesouro Nacional definiu como meta fechar o ano de 2003 com uma dívida pública mobiliária federal interna (DPMFi) entre R\$ 690 bilhões e R\$ 750 bilhões. Joaquim Levy, secretário do Tesouro, anunciou ontem a intenção de captar US\$ 4 bilhões no mercado externo, valor suficiente para financiar 55,1% do principal da dívida pública externa que vence neste ano. Ao divulgar ontem o plano anual de financiamento da dívida pública, ele reiterou o objetivo de, ao longo desse exercício, mudar a composição do endividamento, substituindo os títulos indexados ao câmbio e à taxa Selic pelos papéis de rentabilidade prefixada ou atrelada à inflação. No fechamento de 2002, o estoque da dívida mobiliária era de R\$ 623,2 bilhões.

O intervalo de variação da meta é considerado conservador pelo secretário e, segundo ele, incorpora cenários adversos provocados por fatores internos e externos, como uma guerra prolongada entre os Estados Unidos e o Iraque, o crescimento da inflação e a alta na taxa de juros. O Tesouro não informou, no entanto, as variáveis macroeconômicas utilizadas na elaboração dessa estratégia. Somando-se as estimativas para a dívida externa do Tesouro, o cenário divulgado ontem por Levy prevê um estoque total para a dívida pública federal situado entre R\$ 940 bilhões e R\$ 1,020 trilhão. Em 2002 a soma das dívidas interna e externa

foi de R\$ 893,3 bilhões.

Os vencimentos previstos para o ano mostram uma necessidade de financiamento de R\$ 300,1 bilhões, sendo R\$ 266,1 bilhões da DPMFi e de dívidas mobiliária e contratual externa do Tesouro. Os outros R\$ 34 bilhões são referentes às dívidas do Banco Central.

A meta de captação de bônus da República para este ano é suficiente para financiar 55,1% do principal da dívida com vencimento em 2003, de aproximadamente US\$ 7,3 bilhões. Levy explicou que o momento da captação será definido posteriormente pelo Banco Central. "Não se pode dizer sobre o momento ideal para o Banco Central voltar ao mercado internacional", comentou. O BC é o agente operador do Tesouro para a colocação de bônus no exterior.

O documento divulgado ontem ressalta que os vencimentos de 2004 somam cerca de US\$ 5,5 bilhões de dólares, "o que demandará esforço adicional de captação nos principais mercados". Diante disso, prosseguem os técnicos do Tesouro, "é provável que o mercado de dólares tenha que ser acessado com maior regularidade já em 2003 e que haja necessidade de colocações nos mercados de euro e iene em montantes mais elevados".

Levy destacou que o Tesouro está protegido por um "colchão de liquidez" de R\$ 50,825 bilhões. Esses recursos podem ser utilizados para o resgate dos papéis no caso de o Tesouro não conseguir emitir no-

vos títulos para a rolagem da dívida. Além disso, o Tesouro contará com recursos orçamentários da ordem de R\$ 55,4 bilhões para pagamento das dívidas interna e externa ao longo do ano.

Apesar das dificuldades em rolar parte da dívida em 2002 — quando o Brasil passou por uma grave crise de confiança, agravada pela redução de liquidez internacional —, Levy não associa diretamente a iminência de uma guerra com eventuais dificuldades na colocação de títulos. "Estamos preparados para o conflito", garantiu. Para ele, o financiamento da dívida pública "é (realizado pela) poupança, e as pessoas não vão deixar de poupar por causa de uma guerra". Levy se referia aos poupadores domésticos, que constituem a maior parcela dos investidores em papéis do governo federal.

O plano para 2003 mostra ainda que o Tesouro prevê a retomada do processo de alongamento dos prazos dos títulos públicos da DPMFi, com o prazo médio ficando entre 34 e 38 meses, ao final de 2003, contra os 33,2 meses de 2002.

Com relação aos vencimentos de curto prazo (em 12 meses), a intenção é de que o estoque da dívida mobiliária feche o ano com 35% a 40% dos papéis enquadrados. Em 2002, essa parcela foi de 38,9% do total da dívida mobiliária interna.

Por causa do "perfil de maturação" mais longo, os prazos médios esperados para a dívida pública federal (DPF), que inclui a dívida externa, são maiores. A previsão é

que, ao final de 2003, alcance 41 a 45 meses. Do mesmo modo, o Tesouro trabalha com uma estimativa que, ao final do ano, 31% a 36% da DPF estejam vencendo em 12 meses.

Na análise relativa à composição da dívida mobiliária, o Tesouro enfatizou a intenção de aumentar expressivamente a participação dos papéis prefixados (Letras do Tesouro Nacional) no estoque total. A meta estabelece uma participação desses papéis de 5% a 15% dos papéis comercializados. Em 2002, os prefixados corresponderam a apenas 2,2% dos títulos colocados.

O documento divulgado ontem mostra que também é esperada uma elevação na participação dos títulos indexados à inflação para um intervalo entre 12% e 18%, enquanto no ano passado, essa parcela ficou nos 12,5%.

Paralelamente, o Tesouro aposta na redução relativa dos papéis atrelados à taxa Selic — de 60,8% em 2002 para um intervalo de 52% a 60% — e ao câmbio. Neste último caso, o governo trabalha com uma queda dos 22,4% para algo entre 13% e 22%.

Esta foi a terceira vez que o governo divulgou um planejamento detalhado para o financiamento da dívida. Levy adiantou, no entanto, que o planejamento para 2003 poderá ser "atualizado" ao longo do ano, caso seja necessário. No ano passado, o Tesouro não cumpriu qualquer meta definida no plano de financiamento daquele ano.